



Relatório do Segundo Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparéncia no Acordo de Paris



Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Brasília, 09 a 10 de Outubro de 2018

Organização e apoio:



Introdução e Objetivos

Os países signatários da UNFCCC têm por obrigação relatar suas emissões e remoções antrópicas de GEE, assim como outras informações pertinentes a mudança do clima, como por exemplo seus esforços de mitigação.

Estas obrigações são diferentes para países desenvolvidos e países em desenvolvimento, assim como para países menos desenvolvidos (LDCs).

Em que pesem as diferentes obrigações entre os países, a parceria entre os países de língua portuguesa permite maior intercâmbio de ideias e experiências que muitas vezes acabam dependendo de consultores internacionais e/ou interações com outros países que não falam o idioma português.

Neste contexto, nos dias 09 e 10 de outubro de 2018 foi realizado o Segundo Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris, no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em Brasília.

O Seminário foi organizado pela Parceria para Transparência e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil com o apoio do Ministério do Meio Ambiente da Bélgica, da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) em nome do Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), e do Programa de Apoio Global (GSP) do PNUD / PNUMA.

O evento contou com a participação de 21 representantes de oito países de língua portuguesa: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, além de dois representantes da Alemanha e da Bélgica e de especialistas de diversas organizações.

O Segundo Seminário do Núcleo Lusófono deu seguimento ao primeiro Seminário realizado em Lisboa entre os dias 19 e 21 de Junho de 2017 e teve como foco alguns dos temas de interesse identificados pelos participantes naquela ocasião como (i) uso das Guias do IPCC para a elaboração de inventários nacionais de gases de efeito estufa, (ii) informações e experiências relacionadas a REDD+ e (iii) relato de ações de mitigação no setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas.

Destacou-se durante o Segundo Seminário a apresentação da edição em português do Manual do Secretariado da UNFCCC sobre MRV, material elaborado com o apoio dos patrocinadores do Núcleo Lusófono, que havia sido identificado, no primeiro Seminário, como importante ferramenta para contribuir no treinamento dos técnicos dos países do grupo.

Objetivos Gerais do Seminário

- ❖ Reunir os países de língua portuguesa para a troca de experiências sobre os desafios e lições aprendidas para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência assumidas no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris e no estabelecimento e operação de sistemas de Mensuração, Relato e Verificação (MRV).
- ❖ Promover capacitação técnica em diferentes campos da política e ação climática, com foco específico na transparência.



Objetivo Específicos

- ❖ Conhecer o Manual sobre MRV em Português.
- ❖ Ter uma visão geral dos Sistemas Nacionais de MRV.
- ❖ Desafios encontrados nos inventários nacionais de GEE com a transição para as Guias do IPCC 2006 e Softwares para inventários;
- ❖ Compartilhar relatos de ações de mitigação no setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas.
- ❖ Elaboração de BUR e o processo de ICA/FSV.

Conteúdo abordado no Seminário

O Seminário contou com a apresentação de vários peritos de diversos países do núcleo lusófono, tanto representantes governamentais como consultores, e adotou uma metodologia de interação que foi bastante participativa para a troca de ideias e experiências.

Um breve relato dos principais tópicos de discussão será apresentado a seguir:

- **Diretrizes do IPCC e Manual de MRV:**

No primeiro dia, após uma rodada de apresentações gerais, Vitor Góis Ferreira do secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) apresentou a edição em português do Manual de MRV para os Países em Desenvolvimento e Patricia Leite do Ministério de Relações Exteriores do Brasil apresentou a experiência do Brasil no uso do Manual e no processo de elaboração dos Relatórios Bienais de Atualização (BUR) e compartilhou as dificuldades enfrentadas no processo de Análise e Consulta Internacional (ICA), como por exemplo que requisitos devem constar nos BURs e como apresentar os relatos.

Em seguida, Mauro Meirelles consultor do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil apresentou a Evolução das Diretrizes do IPCC, com apresentações sobre os desafios enfrentados pelo Brasil na transição para as diretrizes do IPCC de 2006 em todos os setores. Mauro relatou que após a adoção das Guias de 2006 houve correção dos cálculos para trás nas séries de dados, Mauro explicou também que apesar da Guia de 2006 sugerir a união do setor de floresta e agricultura (AFOLU) no Brasil o inventário ainda mantém a separação. Foram levantados também os desafios enfrentados na transição no setor de indústria devido à confidencialidade dos dados industriais, e nos setores de resíduos por falta de dados, assim como a dificuldade da aplicação da análise de incerteza e análise de categorias chaves.

Dando sequência, Jaqueline Pina apresentou a experiência de Cabo Verde na elaboração dos inventários de GEE e na transição para as Guias do IPCC 2006. Jaqueline compartilhou que em Cabo Verde o cálculo da emissões é feito através do software do IPCC, com exceção do setor de LULUCF e



que os resultados do inventário são verificados por especialistas internacionais. Jaqueline ressaltou a dificuldade de Cabo Verde em coletar dados e o desafio de usar o software do IPCC para o setor de florestas.

Após as apresentações os participantes foram reunidos em 2 grupos e convidados a apresentar seus pontos de vista sobre as suas experiências práticas e as lições aprendidas. Os exercícios em grupo foram uma oportunidade para os vários participantes trabalharem juntos de maneira colaborativa para enfrentar desafios ou problemas específicos que os países lusófonos enfrentam.

Dois exercícios foram propostos em paralelo, abordando os seguintes tópicos:

Caso 1:

Como estabelecer arranjos institucionais apropriados para o MRV?

Caso 2:

Como acessar os dados de instituições relevantes?

Das discussões dos grupo foram abordados os seguintes pontos:

Um aspecto positivo levantado pelos grupos foi de que há o estabelecimento de um processo nacional de inventário de GEE em todos os países, mesmo que esse processo ainda possa ser desenvolvido.

Uma boa prática identificada pelos grupos foi de orientar os recursos para as fontes e categorias de emissões mais relevantes e evoluir na transição para a metodologia do IPCC 2006 inicialmente nessas fontes.

A capacitação foi o desafio fundamental que surgiu dessas discussões. Vários participantes identificaram a necessidade de estruturas institucionais permanentes com mandatos e papéis claros, com objetivo de passar para um sistema de mais especialistas internos, em vez de depender de apoio externo (por exemplo, para desenvolver um inventário de GEE) em uma base de projeto ad hoc. Houve também diversos relatos de desafios de como manter técnicos e evitar uma "fuga de cérebros". Os grupos pontuaram também a dificuldade na utilização do software do IPCC e propuseram o uso de tutoriais para uso do software em português.

O desafio com relação a coleta de dados também foi comum, incluindo a necessidade de fornecimento padronizado e acesso claro aos dados, sensibilização das instituições para fornecimento de dados, legislação estabelecendo o fornecimento de dados, licenciamento ambiental com contrapartidas e maior envolvimento do setor acadêmico.

- **Arranjos nacionais de MRV:**

O segundo dia do Seminário iniciou abordando o tema “Arranjos nacionais de MRV” com a apresentação de Sulisa Quaresma de São Tomé e Príncipe sobre seu Sistema Nacional de Medição, Reporte e Verificação de Emissões de Gases de Efeito Estufa que pontuou os desafios de



institucionalizar o sistema nacional do inventário, a necessidade de um sistema de gestão de dados, a importância de arranjos institucionais para establecer o sistema nacional do inventário evitando a fragilidade e o risco de não receber os dados. Sulisa compartilhou que em São Tomé e Príncipe existem 4 grupos temáticos para elaboração do inventário de GEE (Energia/ AFOLU/ Resíduos e IPPU) além de 6 subgrupos compostos por entidades públicas e pelo Instituto Nacional de Estatística, Ela ressaltou que há atualmente dificuldade em todos os grupos temáticos e que há necessidade de extraolar dados o que não proporciona exatidão nos resultados. Segundo Sulisa, não basta apenas montar o sistema nacional do inventário é preciso reforçar o quadro legal e institucional, através de instrumentos jurídicos que estimulem o fornecimento de dados, necessidade de protocolos e parcerias entre a entidade coordenadora e a entidade estatística.

Depois foi a vez da apresentação de Márcio Rojas, Coordenador Geral do Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil sobre os desafios enfrentados na organização de informação para sistemas de MRV (o caso do SIRENE). Márcio explicou que a implementação do sistema SIRENE foi feita por etapas e que foi lançado em Maio de 2016, já com os dados do terceiro inventário. O Sirene institucionalizado é a plataforma oficial do governo brasileiro para reportar as emissões de GEE. Márcio ressaltou as dificuldades enfrentadas principalmente em encontrar especialistas em TI também especialistas em inventários de emissões de GEE.

- **Desafios de MRV para o setor de LULUCF:**

Ainda no segundo dia, Adriano Oliveira (Diretor do Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima, Ministério do Meio Ambiente do Brasil) apresentou a experiência do Brasil no setor de LULUCF e Alexandre Avelino apresentou e as lições aprendidas do relato de ações de mitigação e dos sistemas de MRV de REDD+ no Brasil. Ressaltou-se a importância de diferenciar mensuração de reduções de emissões. Adriano compartilhou o caso da NDC Brasileira que menciona desmatamento ilegal zero até 2030, e a dificuldade de se medir o que é legal ou ilegal, ressaltou também a dificuldade de medição das ações (NAMAS) propostas. Adriano apresentou ainda sobre o SMMARE sistema de monitoramento e acompanhamento de reduções de emissões. Falou sobre o CAR – cadastro ambiental rural, depositório de informações para acompanhar o desmatamento.

A exemplo do primeiro dia os participantes formaram 2 grupos em que foram propostos exercícios práticos sobre:

Caso 3:

Elementos-chave da estrutura dos MRV nacionais, intercâmbio de boas práticas e principais desafios.

Caso 4:

Como melhorar os dados de atividade e utilizar o software do IPCC no setor de LULUCF?

Houve consenso e entendimento pelo grupo de que o MRV não é só para reporte internacional, mas principalmente uma ferramenta de planejamento interno.

Os grupos levantaram o desafio da falta de recursos financeiros como obstáculo para desenvolvimento do setor de LULUCF e identificaram como oportunidade maior captação financeira em fundos climáticos, apoio internacional e maior cooperação sul – sul.

Outra reflexão foi que, embora existam diretrizes para a transparência em nível nacional, também são necessárias diretrizes setoriais principalmente nos setores de LULUCF e Resíduos, e propuseram como oportunidade a prática de workshops ou grupos de trabalhos setoriais em português.

Os resultados das discussões do seminário levaram a seção abaixo de Possíveis Encaminhamentos.

Possíveis encaminhamentos

Como resultado das discussões realizadas os participantes do Seminário identificaram possíveis atividades futuras a serem realizadas sob a coordenação do “Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência”.

A lista de atividades apresentada a seguir foi elaborada com base no processo interativo, Particularmente em sugestões e comentários realizadas pelos participantes durante as apresentações do Seminário. As atividades listadas são indicativas, cuja elaboração e implementação dependerão de análise de viabilidade a ser realizada posteriormente.

As atividades sugeridas são:

- 1. Traduções para o português de materiais relacionados a mudança do clima, transparência e MRV, em particular:**
 - a. Guias do IPCC de 2006 para a elaboração de inventários nacionais de GEE8; a partir de um levantamento das necessidades em termos de categorias e subcategorias mais relevantes para a rede.
- 2. Estabelecimento de uma rede virtual para o intercambio de informações/experiências relativas a MRV e transparência, incluindo:**
 - a. Status sobre o andamento da elaboração de Comunicações Nacionais e relatórios bienais de atualização;
 - b. Informações e experiências relacionadas a REDD+;
 - c. Indicação de técnicos específicos para fazer parte da Rede
 - d. Criação de um Estatuto, ferramentas de comunicação, rotatividade de liderança, plano de trabalho.
 - e. Comissão provisória
 - f. CPLP apoiar na articulação inicial do contato com os pontos focais dos técnicos



- 3. Criação de uma base de dados de especialistas (pontos focais, lista de pessoas e área de atuação) lusófonos em MRV (inventário) para apoiar os países lusófonos que necessitem;**
- 4. Realização de Seminários técnicos presenciais, abordando os temas de:**
 - a. Estratégias e planos de ações de Adaptação;
 - b. Apoio (Financiamento, Tecnologia e Capacitação)
 - c. Medidas de mitigação de GEE;
 - d. Metodologia do IPCC 2006 (software)
- 5. Realização de Webinars, abordando os temas de:**
 - a. Contabilidade das emissões e remoções (em relação ao Artigo 6 do Acordo de Paris e métricas comuns);
 - b. Operacionalização da provisão de flexibilidade, definida pelo Artigo 13, parágrafo 2 do Acordo de Paris¹⁰ (preferencialmente após submissão dos países sobre as modalidades e procedimentos da “estrutura de transparência” a serem realizadas até o dia 30/09)
- 6. Capacitações (presenciais e/ou on-line) sobre os temas de:**
 - a. Mensuração dos resultados de ações de mitigação incluindo políticas e medidas (em CO₂ equivalente e/ou outras métricas);
 - b. Uso das Guias do IPCC para a elaboração de inventários nacionais de GEE;
 - c. Elaboração dos relatórios bienais de atualização (com foco em inventários e mitigação);
 - d. Uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (incluindo uso de sistemas de sensoriamento remoto, como por exemplo “Google Earth”);
 - e. Mobilização de recursos para fundos climáticos
- 7. Atividades de controle e garantia de qualidade de inventários nacionais de GEE por países lusófonos;**
- 8. Estabelecimento de um mecanismo lusófono voluntário de análise técnica dos inventários nacionais de GEE (através da realização de análise entre pares; análises centralizada; e análises no país);**
- 9. Estabelecimento de um mecanismo para auxiliar na aprovação de financiamento de atividades de mitigação (como por exemplo, ações de mitigação nacionalmente determinadas);**





- 10. Avaliação das necessidades e/ou oportunidades decorrentes da transição do sistema atual de MRV (i.e. IAC/BUR) para a “estrutura de transparência” do Acordo de Paris (possivelmente após a definição das modalidades e procedimentos em 2018);**
- 11. Aproveitamento de eventos de capacitação de outros órgãos (como CGE workshops anuais – regionais nas áreas de inventário de GEE, mitigação, adaptação, CNs e BURs) para realizar consecutivamente atividades de capacitação e captação de recursos para apoiar as atividades do núcleo lusófono;**
- 12. Busca de parceiros financeiros para apoiar as atividades priorizadas pelos países do núcleo lusófono para ampliar a cooperação sobre o tema;**
- 13. Manter um diálogo entre os membros para facilitar a elaboração de propostas de apoio isoladas ou conjuntas para ampliar o sucesso dos países lusófonos em lograr apoio às suas atividades de MRV e transparéncia.**
- 14. Produzir uma plataforma digital sobre transparéncia/ MRV para países de língua portuguesa.**

Conclusões

Durante o Seminário ficaram evidentes as diferenças existentes de arranjos institucionais, capacidade humana, tecnológica e financeira entre os países lusófonos para atender aos requisitos de MRV da UNFCCC.

Apesar dos diferentes desafios encontrados por cada país, os participantes foram unâimes em reconhecer as oportunidades de sinergias e as possibilidades de colaboração do Núcleo Lusófono. Estas interações, sinergias e colaborações devem se dar fundamentalmente no nível técnico, através de pontos focais.

É importante ressaltar, novamente, que o objetivo do Núcleo não é aplicar receitas prontas de outros países, mas sim aprender com a experiência acumulada e/ou contribuir conjuntamente no desenvolvimento de capacidades, a partir de necessidades identificadas pelos países do Núcleo, desenvolver conjuntamente soluções que respeitem a diversidade econômica, política e social que existem entre os países do Núcleo, no marco da cooperação Sul-Sul.

Para facilitar a implementação das atividades deve-se levar em consideração a experiência acumulada de iniciativas semelhantes, assim como verificar de maneira regular eventos de capacitação promovidos pelos órgãos da Convenção.

Em resumo, para garantir o sucesso do Núcleo é necessário ter clareza nos objetivos, responsabilidades, expectativas e recursos disponíveis (financeiros, humanos e tecnológicos).